UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Miguel de Siqueira Veras

REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO: A CONTRIBUIÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DO PAÍS

Salvador
2004

MIGUEL DE SIQUEIRA VERAS

REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO: A CONTRIBUIÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DO PAÍS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos

Salvador
2004

RESUMO

Este trabalho analisou a regulamentação do sistema financeiro nacional, procurando verificar se esta contribui eficazmente para o desenvolvimento do País, nos termos definidos pela Constituição da República Federativa do Brasil. Como referencial teórico para a análise dos dados retomou-se a discussão entre a concepção clássica da intermediação financeira, para a qual a atividade bancária seria passiva na determinação das variáveis reais da economia, e os pós-keynesianos, que, a partir da capacidade de criação de moeda pelos bancos, defendem a idéia de que o papel do sistema financeiro no crescimento econômico ultrapassa a simples alocação de recursos poupados pelas unidades familiares. As pesquisas consistiram na análise de leis e regulamentos referentes a cinco itens escolhidos, referentes ao sistema financeiro, e na verificação dos correspondentes resultados observados na economia do País. A conclusão foi que a regulamentação atende prioritariamente aos interesses do Capital e não contribui para a promoção do desenvolvimento do País nem para que haja uma boa prestação de serviços financeiros à coletividade.

Palavras-chaves: Sistema financeiro; regulamentação; regulação; investimento; crescimento econômico; desenvolvimento

ABSTRACT

This research has analyzed the regulation of the National Financial System, in order to verify if it contributes effectively to the development of the country, in the terms defined by the Federal Constitution of the Federative Republic of Brazil. As a theorical reference for data analysis, we retook the discussion of the classical conception of financial intermediation, to which the banking activity would be passive in the determination of the real economy variables, and the postkeynesians, that from the bank capacity of creating currency, defend the idea that the Financial System's role in the economic growth surpasses the mere allocation of saved resources by family units. The researches consisted in the analysis of laws and regulations concerning five chosen items in the financial system, and in verifying the corresponding observed results in the country's economy. The conclusion was that the regulation attends preferentially to the capital interests, and that it doesn't contribute to the development of the country or to providing good financial services to the society.

Key-words: Financial System; regulation; investment; economic growth; development.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Quadro 1 - Condições preliminares de eficácia normativa dos itens de desempenho 45

Quadro 2 - Participação % dos maiores bancos nos depósitos totais do SFN 54

Quadro 3 - Composição do sistema financeiro nacional 67

Quadro 4 - Composição do sistema financeiro nacional (versão após outubro de 2004) 69

Tabela 1 - Spread nas operações de crédito com taxas prefixadas (% ao ano) 81

Tabela 2 - *Ranking* das Taxas de Operações de Crédito 84

Tabela 3 - Dados estatísticos das maiores instituições financeiras 105

Tabela 4 - Reclamações mais freqüentes, com descumprimento de normativos 129

Figura 1 - Gráfico da composição do spread médio geral em agosto de 1999 88

Figura 2 - Gráfico da composição do spread médio geral em agosto de 2003 90

Figura 3 - Gráfico da média geral dos juros bancários, pessoa física e jurídica 91

Figura 4 - Gráfico dos juros e *spreads* médios gerais 93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação direta de inconstitucionalidade
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
ASBACE	Associação Brasileira dos Bancos Estaduais e Regionais
APR	Ativos ponderados pelo risco
ATM	*Automated teller machine*
BACEN	Banco Central do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BIS	*Bank for International Settlements*
CACEX	Carteira de Comércio Exterior (Banco do Brasil S/A)
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos – Senado Federal
CAP	Central de Atendimento ao Público (Banco Central do Brasil)
CCB	Cédula de crédito bancário
CDC	Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/1990
CE	Comissão Especial (na Câmara dos Deputados)
CEDI	Centro de Documento e Informação (Câmara dos Deputados)
CF	Constituição Federal
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CONSIF	Confederação Nacional do Sistema Financeiro
COSIF	Plano de Contas das Instituições Financeiras
CTN	Código Tributário Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EC	Emenda constitucional
EFTPOS	Electronic funds transfer at point of sale
FEBRABAN	Federação Brasileira das Associações de Bancos
FMI	Fundo Monetário Internacional
MP	Medida Provisória
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto interno bruto
PL	Projeto de lei
PLC	Projeto de lei da Câmara dos Deputados
RVA	Rede Verde-Amarela
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SF	Sistema financeiro
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SINAL	Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STF	Supremo Tribunal Federal

STJ	Superior Tribunal de Justiça
STR	Sistema de Transferência de Reservas
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TECBAN	Tecnologia Bancária S/A
TJLP	Taxa de juros de longo prazo
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 09

2 INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA: A CONCEPÇÃO CLÁSSICA E A PÓS-KEYNESIANA DA ATIVIDADE BANCÁRIA 16

2.1 A CONCEPÇÃO "CLÁSSICA" DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA – A POUPANÇA COMO FONTE DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO 17

2.2 O CIRCUITO FINANCIAMENTO - INVESTIMENTO - POUPANÇA – *FUNDING* 19

2.3 A CAPACIDADE DE CRIAÇÃO DE MOEDA PELOS BANCOS 23

2.4 A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ POR PARTE DOS BANCOS E AS INOVAÇÕES FINANCEIRAS 26

2.5 A ESTRUTURA DE UM SISTEMA FINANCEIRO 29

2.5.1 Sistema financeiro baseado em crédito e sistema baseado em mercado de capitais 31

2.5.2 Sistema financeiro segmentado e sistema de banco universal 33

2.6 O RISCO SISTÊMICO NO SISTEMA FINANCEIRO E INTERVENÇÕES REQUERIDAS 34

2.7 A REGULAMENTAÇÃO PRUDENCIAL SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO 39

2.8 OS ITENS DE DESEMPENHO ESCOLHIDOS, AS FONTES DE DADOS E O MODELO DE ANÁLISE ADOTADO 43

3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS E AS BASES ATUAIS DA REGULAMENTAÇÃO COM VISTAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO 46

3.1 O PERÍODO DE 1930 ATÉ A REFORMA BANCÁRIA DE 1964/1967 46

3.2 O PERÍODO PÓS-1967 AOS ANOS 80 53

3.3 A PROPOSIÇÃO CONSTITUICIONAL DE 1988: UM DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO – DIFICULDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO 56

3.4 A MISSÃO DO BANCO CENTRAL: AS BASES DA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE 64

4 A EFICÁCIA DA REGULAMENTAÇÃO DIANTE DOS PROCEDIMENTOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DOS RESULTADOS OBSERVADOS NA ECONOMIA 74

4.1 PRIMEIRO ITEM DE DESEMPENHO: **O VOLUME DE CRÉDITO À ECONOMIA E O VALOR DOS SPREADS NAS OPERAÇÕES** 74

4.1.1 Os normativos pertinentes aos juros das operações de crédito 75

4.1.2 Os níveis dos *spreads* nas operações de crédito 79

4.1.3 A composição do *spread* 86

4.1.4 A questão das taxas de juros e a relação com a inadimplência 93

4.1.5 O volume do crédito no Brasil 97

4.1.6 Conclusão sobre o item 99

4.2 SEGUNDO ITEM DE DESEMPENHO: **A CONCENTRAÇÃO DE MERCADO NO SETOR BANCÁRIO** 100
4.2.1 A questão normativa da concorrência bancária 100
4.2.2 O tratamento dado ao problema de concentração 103
4.3 TERCEIRO ITEM DE DESEMPENHO: **OS RISCOS, A ESTABILIDADE E A SOLIDEZ** DO SISTEMA FINANCEIRO 106
4.3.1 A regulação prudencial no Brasil 107
4.3.2 Proposições de alteração de leis decorrentes do "Acordo de Basiléia" 110
4.3.3 Conclusões a respeito da regulamentação do item *os riscos, a estabilidade e a solidez* do sistema financeiro 113
4.4 QUARTO ITEM DE DESEMPENHO: **DINAMISMO, ESTÁGIO DE MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA** DO SISTEMA FINANCEIRO 115
4.4.1 A reforma do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) 116
4.4.2 A operacionalidade do sistema de pagamentos 118
4.4.3 Conclusões quanto ao item de desempenho 120
4.5 QUINTO ITEM DE DESEMPENHO: **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS** DO SISTEMA BANCÁRIO 123
4.5.1 As tarifas de serviços bancários 124
4.5.2 Demais tópicos mais reclamados pelo público 128
4.5.3 O Código de Proteção e Defesa do Consumidor e as relações bancos/clientes 130
4.5.4 As especificidades do sistema financeiro 133
4.5.5 Conclusões sobre o item 135

5. CONCLUSÃO 137

REFERÊNCIAS 152

APÊNDICE 158